Publicação do Sindicato dos Municipários de Pelotas

Almirante Barroso, 1614
Fones: (53) 3028.7236 / 3225.7236
www.simpelotas.com.br
simp@simpelotas.com.br
www.facebook.com/simp.pelotas
www.youtube.com/simpelotas
www.twitter.com/simpelotas

Jornal do SIMP

GESTÃO
UNIDOS SOMOS FORTES

CUT BRASIL CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
FEMERGS

Março de 2015

Programa de TV: sextas-feiras das 19h às 20h, na TVC, canais 2 da Blue e 14 da NET

Veja nesta edição

Eleições do SIMP: Chapa de situação vence com diferença histórica - p. 2
Agentes de Trânsito / Merendeiras / Agentes Comunitários de Saúde - p. 3
SIMP amplia convênios aos sócios / Guarda Municipal - p. 4
Festa de 26 anos do SIMP / Atividades com sócios aposentados - p. 5
Trabalhadores da SJSS / Condições de trabalho na SMS / Vale-Transporte em dinheiro - p. 06
GPMAC / ETERPEL / Novo plano de carreira do Magistério / Incentivo à titulação dos Auxiliares de Ed. Infantil - p.7
Atestados médicos: servidores prejudicados pela Biometria / Festa ao som dos anos 80 com posse da direção eleita - contra-capa

CHAPA DE SITUAÇÃO VENCE ELEIÇÃO COM DIFERENÇA HISTÓRICA

Num resultado histórico, a Chapa 1 – "UNIDOS SOMOS FORTES", venceu as eleições realizadas nos dias 24 e 25 de setembro de 2014, onde os associados escolheram a diretoria executiva, conselhos fiscal e deliberativo para o triênio 2014/2017.

O total de votos apurados dos servidores associados foi de 1.450, com 971 votos para a Chapa 1 e 459 votos para a Chapa 2, com 9 votos em branco e 11 votos nulos, representando uma diferença de 512 votos entre as chapas, marca histórica nunca ocorrida nas eleições do sindicato ao longo dos seus 25 anos de existência.

"Os 971 colegas que votaram na nossa Chapa 1 – UNIDOS SOMOS FORTES demonstraram que nossa categoria quer buscar seus direitos e ampliar nossas conquistas, através da luta organizada e do apontamento de propostas. A diferença de 512 votos para a Chapa derrotada deixa claro que nós servidores não aceitamos ataques descabidos, falta de propostas e de trajetória de lutas, mas que queremos a manutenção de um sindicato combativo e que encaminhe suas demandas", afirma a presidente Tatiane Lopes Rodrigues.

EDITORIAL

Apesar de todas as adversidades enfrentadas, frente a um Governo que pressionou a categoria com corte no ponto, descontos salariais e ameaças, 2014 foi um ano de muitas lutas, lutas construídas com muito trabalho do Simp e engajamento de servidores e professores.

Foram diversas denúncias de falta de condições de trabalho, de negativas de atestados médicos, com ações constantes na defesa dos direitos da categoria. Marcamos presença constante na Câmara de Vereadores e conquistamos emendas orçamentárias para incluir valor de R$ 240,00 mensais para o vale alimentação, o valor do salário mínimo nacional como base de cálculo de vantagens e o pagamento do piso salarial nacional dos professores.

Tivemos inúmeras assembleias, definindo inclusive não debater qualquer plano de carreira para o magistério, sem que antes seja cumprida a Lei do piso salarial.

As atividades de lazer e festivas com servidores da ativa e aposentados também foram destaque.

Na esfera judicial, o Simp garantiu o incentivo à titulação dos auxiliares de educação infantil baseado no plano de carreira do magistério e também já temos professores recebendo o piso salarial em seus contracheques.

Em 2015, certamente teremos uma data-base com muitos embates e necessidade de lutarmos, não só para avançar em nossas reivindicações, mas também para manter e assegurar nossos êxitos, eis que vivemos uma conjuntura em que poderão ocorrer ataques a nossos direitos.

Vamos nos mobilizar para mantê-los, buscando ampliar nossas conquistas!

Unidos Pela Diferença

ATENDIMENTOS

Sindicato dos Municipários de Pelotas - SIMP

Fones: (53) 3028-7236 / 3225-7236
Rua: Almirante Barroso, 1614
Horários: segunda à sexta das 8h às 11h30 / 13h30 às 18h

ADVOGADOS: Samuel Chapper e Eisler Cavada
Segunda à quinta das 10h30 às 11h30 ou agendamento no escritório (Rua Visconde de Abaeté, 370 / (53) 3279-1655

CLÍNICA GERAL: Rosangela Terres
segunda à quinta, sendo:
segunda - das 17h às 18h
terça - das 16h30 às 18h
quarta - das 16h às 18h
quinta - das 13h30 às 15h

DENTISTA: Kelen Marini
segunda e quarta: tarde (3 fichas para a cidade e 1 ficha para a colônia)
terça e sexta: manhã (6 fichas para a cidade e 2 para a colônia)

EXPEDIENTE

Jornal de responsabilidade do Sindicato dos Municipários de Pelotas
Filiado a CUT e a FEMERGS
Jornalista Responsável : Eduardo Mielke
Reg. prof. 6462DRT/RS
Tel. Contato: (53) 3225 7236

Impressão: Jornal Pioneiro
Tel.: (54) 3218 1200
Tiragem: 2.000 exemplares
"Jornal impresso com papel imune conforme inciso VI, Artigo 150 da Constituição Federal."

FALTAS POR PARALISAÇÕES E GREVE(2014): SIMP ORIENTA SERVIDORES DESCONTADOS

Conforme a última audiência de conciliação realizada entre o Sindicato dos Municipários de Pelotas e Prefeitura, no dia 02 de outubro, na Justiça do Trabalho, a fim de tratar sobre a possibilidade do ressarcimento dos dias de paralisações e greve da categoria, diante do descumprimento por parte do prefeito onde em audiência anterior havia garantido o não apontamento dos dias parados nas fichas funcionais dos servidores, a Juíza então determinou que num prazo de até 10 dias a Prefeitura comprovasse a retirada de tais faltas.

Portanto, o SIMP por amostragem confirmou que, após o prazo determinado, já existe caso de servidor que ao solicitar na Secretaria de Gestão Administrativa e Financeira (SGAF) o documento denominado "Ocorrências por Matrícula" já aparece as retificações quanto aos dias de paralisações e greve da categoria em 2014, isto é, a secretaria certifica que as faltas anotadas nas ocorrências funcionais por matrícula não acarretarão em qualquer prejuízo na carreira funcional e/ou vantagens dos servidores.

O SIMP orienta para todos aqueles servidores que sofreram tais descontos que se dirijam à SGAF e solicitem de forma impressa e assinada com carimbo do responsável da Unidade de Recursos Humanos o documento denominado "Ocorrências por Matrícula" e verifiquem as devidas retificações.

Embora não haja mais conciliação, o processo segue aguardando decisão final (sentença).

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE: SIMP REÚNE COM SECRETÁRIA DE SAÚDE

A direção do Sindicato dos Municipários e a comissão representativa de Agentes Comunitários de Saúde (ACS's), estiveram reunidos com a secretária municipal de saúde, Arita Bergmann, em dezembro do ano passado, a fim de obter informações desta quanto ao repasse do incentivo estadual (décimo quarto salário) para estes trabalhadores, através da Portaria Estadual 892/2012, assinada pelo então secretário estadual de Saúde, Ciro Simoni, em 20 de novembro de 2012, cujo valor tradicionalmente é depositado ao Município no mês de dezembro de cada ano. Também foi tema da reunião o pagamento do piso salarial nacional aos ACS's.

Com relação ao incentivo, segundo a secretária, em visita na época à Secretaria Estadual de Saúde, obteve a resposta de que haveria atraso no repasse de recursos gerais destinados à área da saúde por parte do Governo Federal, e que o Estado estava buscando captar tais recursos em Brasília.

Já no mês de fevereiro, a direção do Sindicato dos Municipários obteve a informação da Secretaria Municipal de Saúde de que o valor correspondente ao incentivo estadual a ser pago aos Agentes Comunitários de Saúde, já estava creditado na conta da Prefeitura e que aquela Secretaria já havia repassado à Secretaria de Gestão Administrativa e Financeira, SGAF, as informações do CNES relativas ao mês de setembro de 2014, que servem como base para efetuar os pagamentos correspondentes.

Agora, cabe à SGAF efetuar os pagamentos aos Agentes Comunitários de Saúde. "Esperamos que esta Secretaria agilize os pagamentos com a maior brevidade possível", salienta Márcio Torma, diretor do Sindicato dos Municipários. O Simp está buscando contato junto à SGAF para obter informação a respeito da data dos pagamentos e tão logo tal informação seja obtida será repassada aos interessados.

Quanto ao tema do piso salarial nacional, a secretária obteve informações em nível nacional de que a comissão responsável pela elaboração das tratativas de regulamentação de seu pagamento não evoluiu em seus trabalhos a ponto de chegar a uma conclusão final.

SIMP AJUIZA AÇÃO PARA BUSCAR INSALUBRIDADE PARA MERENDERIAS

No mês de novembro de 2014 o Sindicato dos Municipários de Pelotas na condição de substituto processual, tendo em vista a prerrogativa que lhe confere o art. 8º, III, da Constituição Federal de 1988, ajuizou ação coletiva frente ao Município de Pelotas pleiteando o adicional de insalubridade às ocupantes dos cargos de Merendeira.

"Após várias tentativas de buscar junto à Prefeitura o pagamento da insalubridade das merendeiras sem obter êxito, decidimos entrar na Justiça para garantir o direito destas servidoras", comenta a presidente, Tatiane Lopes Rodrigues.

"Esse encaminhamento se fez necessário devido à exposição diária a produtos químicos e às péssimas condições de trabalho a qual estão expostas as merendeiras", salienta Tati.

O exercício das atribuições de merendeira implica em contato diário, permanente e habitual com agentes químicos e físicos agressivos à saúde humana.

Nesse sentido, a busca pelo adicional de insalubridade via Judiciário tornou-se necessária, pois o Município de Pelotas não reconhece as condições insalubres das atividades desenvolvidas pelas merendeiras, e consequentemente não paga o adicional devido. A apreciação da matéria pelo Judiciário depende da elaboração de laudo técnico que vai avaliar as condições de trabalho das merendeiras.

SIMP FAZ REUNIÃO COM AGENTES DE TRÂNSITO

A direção do Sindicato dos Municipários reuniu-se com os agentes de trânsito dia 20 de fevereiro no Departamento de Trânsito, com o objetivo de tratar da utilização de armas não letais tendo em vista a insegurança vivenciada por estes servidores no desempenho de suas atribuições no dia a dia.

Na oportunidade os agentes de trânsito relataram que de acordo com o último concurso realizado pela Prefeitura no ano de 2014, foram nomeados cerca de 40 novos servidores, o que acabou aumentando o efetivo deste segmento e consequentemente a fiscalização ostensiva nas ruas da cidade. Logo, com o aumento do número de infrações, veio proporcionalmente aumentar o número de agressões físicas e verbais a estes profissionais.

A direção do Simp acompanhada de sua assessoria jurídica explanou a respeito da utilização, com amparo legal, inclusive por parte da Prefeitura, de armas não letais.

Também foi informado aos agentes de trânsito sobre a obrigação da Prefeitura fornecê-los gratuitamente assessoramento e defesa destes profissionais em casos decorrentes do exercício profissional, conforme determina a Portaria Interministerial SEDH/MJ, Nº 2, de 15/12/2010, o que hoje não vem ocorrendo, obrigando-os a contratarem advogado particular ou, para os sócios, se utilizando da assessoria jurídica do Simp.

O Simp lembra que, mesmo com o pagamento do aumento do adicional de risco de vida, de 75% para 125% no ano passado, que justamente se deu pela Prefeitura ter verificado o aumento do número da frota de veículos, nas agressões físicas e verbais e, no apoio a outros órgãos de segurança pública, nunca, até hoje, foi proporcionado aos agentes de trânsito, qualquer instrumento que lhes dê a possibilidade de tentar a defesa de sua integridade física.

Como encaminhamento desta reunião, pelo tema abordado e outros que surgiram durante o encontro e que requerem decisões a ser tomadas pelo segmento, o mais breve possível será agendada pelo Sindicato dos Municipários uma assembleia convocando todos os agentes de trânsito.

SIMP AMPLIA SERVIÇOS DE CONVÊNIOS AOS SÓCIOS

O Sindicato dos Municipários de Pelotas ampliou os serviços de convênios aos seus sócios, através de condições especiais, firmando com a rede de Postos de Combustíveis Estoril, Clube Centro Português 1º de Dezembro, Plano de Saúde Green Life e Loja de Calçados Sempre Bella.

Postos de Combustíveis Estoril:

Rua Félix da Cunha, 553, esquina Tiradentes (antigo Posto Cidadão Capaz) e Av. Duque de Caxias, 483 (em frente ao Cemitério São Francisco de Paula), mediante autorização do Simp para desconto em folha.

Centro Português:

Usufruto de áreas de atividades esportivas como piscinas, campos de futsete, quadras de pádel e tênis, pesca, remo, sauna, academia de musculação, piscinas, além de salões de festas e participação nos diversos eventos sociais.

* Aquisição do título R$ 800, podendo ser parcelado em até 8 vezes fixas de R$ 100;

* 6 meses de isenção da mensalidade;

* Mensalidade de R$ 77, podendo colocar como dependentes diretos companheiro(a) e filhos até 18 anos, sem nenhum custo adicional. Caso o(a) filho(a) seja maior de 18 anos, será cobrado um adicional de R$ 15,40;

* Já para o associado que for solteiro(a) é cobrado R$ 340 pela adesão, podendo ser parcelado em até 3 vezes fixas de R$ 113,33;

* 6 meses de isenção da mensalidade;

* Mensalidade de R$ 54,00.

Maiores informações na sede social da entidade, na Rua Andrade Neves, 2042, ou pelo telefone 3028-2319.

Plano de Saúde Green Life:

Consultas sem limite com Clínico Geral, Ginecologista e Pediatra, sem carência, sem diferença de mensalidade por faixa etária, sem exclusões e com mensalidades mais baixas.

Atendimentos de emergência (sem agendamento prévio) com Clínico Geral e Pediatra credenciados, de segunda à sexta, das 9 às 17h.

Exames laboratoriais gratuitos.

Descontos de 30 a 70% nos serviços não credenciados, como clínicas especializadas, pronto-atendimentos e hospitais.

Valores de mensalidades de R$ 69,90 (Titular) e R$ 39,90 (Dependente).

Loja de Calçados Sempre Bella:

Rua Voluntários da Pátria, 1183, mediante autorização do Simp para desconto em folha.

GGI: SINDICATO DENUNCIA FALTA DE CONDIÇÕES DE TRABALHO

Em outubro de 2014, a direção do Sindicato dos Municipários esteve visitando as instalações do Gabinete de Gestão Integrada (GGI), localizado no terceiro andar do Terminal Rodoviário, onde vários guardas municipais trabalham fazendo o vídeomonitoramento das câmeras de segurança da cidade, sendo confirmadas as denúncias de falta de condições de trabalho.

No local foram constatadas falta de torneira com água potável, o que acarretava que os servidores tinham de descer até o térreo da Rodoviária e buscar água em garrafas plásticas para consumo durante a jornada de trabalho. O local também não possuía geladeira, fazendo com que a água fosse mantida em temperatura inadequada.

Além disto, os banheiros do local estavam interditados, sendo que até às 19 horas ficavam a disposição o banheiro do segundo piso e após este horário somente o do primeiro piso, que é de uso geral de todos os usuários do Terminal Rodoviário, obrigando os guardas a descerem do terceiro andar até o térreo e cruzar toda a extensão do prédio para suas necessidades fisiológicas.

Havia também muita infiltração, umidade e forte odor de mofo, onde eram necessários vários baldes para reter a água das muitas goteiras existentes no teto do prédio.

"As jornadas são de 12 horas, o que obriga os guardas a permanecerem por longos períodos sem as mínimas condições para desempenharem suas atribuições, além do ambiente insalubre a que estão expostos durante todo o horário de trabalho", afirma o vice-presidente do Sindicato, Tiago Botelho.

O Sindicato encaminhou na época ofício ao prefeito requerendo soluções urgentes para os problemas detectados e também denúncia ao Ministério Público do Trabalho.

APOSENTADORIA ESPECIAL

Em 11 de fevereiro deste ano, a direção do Sindicato dos Municipários reuniu-se com integrantes da Associação dos Guardas Municipais de Pelotas (AGUMPEL), para tratar do não pagamento por parte da Prefeitura da aposentadoria especial dos guardas, que recentemente

completaram 25 anos de atividades.

A Câmara de Vereadores promulgou no dia 03 de abril a Emenda 85 à Lei Orgânica do Município que prevê a aposentadoria especial dos guardas municipais, onde na qual até o presente momento não foi contestada na justiça pelo Executivo, mas não vem sendo concedida à categoria.

"Embora a Prefeitura não contestou a Lei, que está vigente, não está concedendo aposentadoria especial aos guardas, o que lhes é de direito", afirma o vice-presidente do Simp, Tiago Botelho.

Antes mesmo dos guardas encaminharem suas ações judiciais para cumprimento da legislação, a categoria em conjunto com a AGUMPEL e direção do Simp pretendem ir num dos dias de sessão ordinária da Câmara buscar o apoio do Legislativo, para posteriormente reunir-se com o Executivo.

ATIVIDADE COM SÓCIOS APOSENTADOS

18/07/14 (1ª atividade)

No segundo semestre de 2014 o Sindicato realizou três atividades de lazer e confraternização com sócios aposentados, sendo uma na sede da entidade e duas no salão de festas do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Cooperativas da Alimentação.

20/08/14 (2ª atividade)

Além de bingos gratuitos com distribuição de prêmios, acompanhados de chá, refrigerante e salgadinhos, também foram disponibilizados serviços de teste de visão, de verificação de pressão arterial, dosagem de glicose, colesterol, dentre outros.

20/11/14 (3ª atividade)

Conforme o vice-presidente Tiago Botelho, o objetivo destas atividades é de integrar estes servidores aposentados no dia a dia do sindicato. “São pessoas que contribuíram em muito com seus serviços para o Município e que merecem nosso reconhecimento e nossa atenção”, salienta.

SIMP FAZ FESTA COMEMORATIVA DE FINAL DE ANO

Um grande número de associados do Sindicato dos Municipários, acompanhados de seus dependentes, compareceu na festa comemorativa de final de ano e dos 26 anos da entidade, realizada em dezembro no Parque Esportivo e Recreativo Lobão.

O Simp disponibilizou transporte gratuito do centro da cidade até o local da festividade, ida e volta. No evento foram distribuídos cachorro-quente, pipoca e refrigerante também de forma gratuita, além de brinquedos infláveis para as crianças e sorteio de vários brindes.

“Tradicionalmente realizamos uma festa de final de ano e também para comemorar o aniversário da entidade, que completou 26 anos de muitas lutas”, salienta o vice-presidente do Sindicato dos Municipários, Tiago Botelho.

“Além das mobilizações e lutas sindicais, que são momentos em que os municipários se reúnem, o Simp também busca retribuir e proporcionar lazer e recreação aos seus associados e dependentes, que são os que mantém financeiramente a entidade”, finaliza.

PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS AOS TRABALHADORES DA SECRETARIA DE JUSTIÇA SOCIAL

No mês de setembro de 2014, o Sindicato dos Municipários havia recebido reclamações de alguns trabalhadores das casas e abrigos institucionais pertencentes à Secretaria de Justiça Social, de que as horas extras não foram pagas de forma correta no referido mês, horas estas trabalhadas em meses anteriores.

Diante de tais reclamações o Simp encaminhou ofício solicitando informações junto à Secretaria de Gestão Administrativa e Financeira, onde recebeu resposta através da superintendente de recursos humanos da SGAF, Fernanda Lucena Jeziorski, informando que a Secretaria pagou aos servidores não só no mês de setembro como nos anteriores exatamente a quantidade de horas informadas pela Secretaria de Justiça Social, sempre no mês subseqüente ao trabalhado.

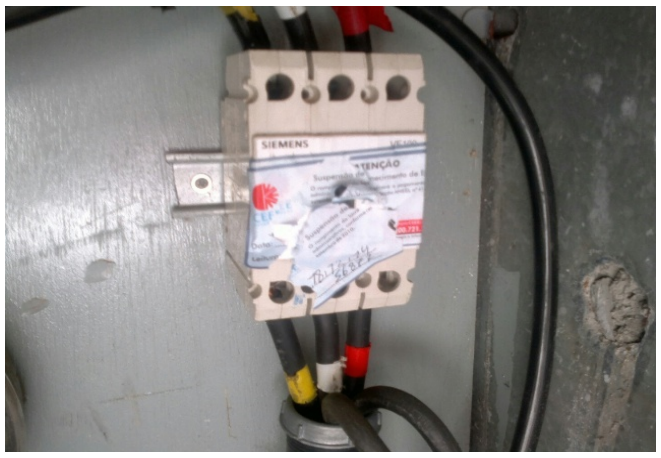
O único problema apontado foi com alguns servidores lotados no Abrigo Institucional Casa do Idoso, mais especificamente por horas realizadas no mês de junho do ano passado e que não foram pagas, pois estavam sob análise da Procuradoria Geral do Município, o que já foi concluído, havendo concordância com o pagamento correspondente, o qual ocorreu na folha de novembro.

SIMP VERIFICA MÁS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA SECRETARIA DE SAÚDE

A direção do Sindicato dos Municipários esteve em visita às instalações da Secretaria Municipal de Saúde no endereço da rua Lobo da Costa, entre Baltazar Brum e Marcílio Dias, em dezembro de 2014, com o fim de verificar condições de trabalho dos servidores do setor de faturas, quando foram constatadas diversas dificuldades enfrentadas pelos mesmos.

O setor de faturas é o responsável pela verificação e revisão de todas as fichas de atendimentos produzidas pelos agentes comunitários de saúde e demais profissionais que trabalham na totalidade das Unidades Básicas de Saúde, tanto zona urbana quanto rural, havendo somente duas servidoras para realizar toda a contagem e uma para o processamento de dados.

A sala na qual são executados estes trabalhos não possui refeitório, ou seja, há um espaço destinado para refeições sem haver mesa e cadeiras; o local também não possui banheiros naquele andar, havendo necessidade de deslocamento para outro andar do prédio; não possui ventilador e o condicionador de ar instalado não funciona; não há armários para adequado armazenamento do material de trabalho, ficando este sobre as mesas (pendente de verificação) e embaixo das escadas diretamente no chão e empilhado (o já verificado, como Fichas de Atendimentos de Usuários e listagem de exames que foram para laboratórios).



Além destas dificuldades, em 18 de dezembro, por mais de três horas os servidores tiveram de trabalhar sem energia elétrica. A direção do Simp constatou junto ao disjuntor geral de energia elétrica que havia um lacre da CEEE, de suspensão de fornecimento de energia datado daquele dia, 18 de dezembro, porém, foi verificado que o lacre havia sido rompido, suspeitando-se de ausência de pagamento por parte da Secretaria Municipal de Saúde, a exemplo do que ocorreu na Farmácia Municipal.

Conforme o vice-presidente do Simp, Tiago Botelho, a entidade encaminhou denúncia ao Ministério Público do Trabalho para fins das providências legais cabíveis.

VALES-TRANSPORTES EM DINHEIRO: TRABALHADORES SE MOBILIZAM, LEI É APROVADA E PREFEITO DESRESPEITA DECISÃO DA CÂMARA

Em outubro de 2014 um grande número de trabalhadores tanto da Administração Direta quanto da Indireta compareceu à Câmara de Vereadores, garantindo a derrubada do veto do prefeito quanto ao projeto de Lei que garantiria o pagamento integral dos valores dos vales-transportes em dinheiro aos servidores municipais.

Ocorre que após a derrubada do veto e publicação da Lei, houve o ajuizamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) por parte da Prefeitura, suspendendo os efeitos da referida Lei.

A partir deste fato, o simp enviou documento à Câmara de Vereadores no mês de novembro apontando a necessidade de defesa intransigente, apresentando contestação à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) interposta pela Prefeitura Municipal, na qual ataca os efeitos da Lei Municipal nº 6.169/14 e onde obteve medida liminar suspendendo seus efeitos.

O Simp entende ser de fundamental importância os termos da Lei Municipal nº 6.169/14, ou seja, a forma de repasse dos créditos pertinentes aos vales-transportes dos servidores municipais em dinheiro, em virtude de vários aspectos.

A Lei Municipal nº 6.169/14 possibilita o pagamento dos valores correspondentes aos vales-transportes dos servidores municipais em dinheiro.

O primeiro destes aspectos é que desde a implantação do cartão magnético até os dias de hoje, este apresenta corriqueiramente problemas como depósitos de créditos de forma atrasada, devido a demora no envio das solicitações por parte das secretarias, isto é, tais créditos deveriam estar disponíveis no primeiro dia útil do mês e muitas vezes somente ocorre a partir dos dias 7 ou 8 do mesmo, obrigando os servidores a retirarem valores do próprio bolso para deslocarem-se ao trabalho até o dia do efetivo repasse, não havendo ressarcimento.

Ocorre ainda constrangimento para o servidor quando ao tentar passar o cartão no leitor verifica a ausência total de créditos, mesmo havendo saldo disponível, o que também cria perturbação aos demais usuários, obrigando o servidor a descer do coletivo no caso de não ter dinheiro no momento, ou tendo de viajar em espaço destinado a gratuidade (gestantes, deficientes e idosos), por favor do cobrador ou do motorista.

Outro aspecto decorre da má qualidade do transporte coletivo em Pelotas, ainda pendente de licitação, seja nos itinerários, seja nos horários, seja na quantidade de veículos disponíveis, o que obriga os servidores a se utilizarem de meio de transporte próprio para deslocamento de um local de trabalho a outro e garantir o cumprimento do horário fixado para atendimento à comunidade, como professores que ministram aulas em mais de uma escola e servidores da saúde que trabalham em Unidades Básicas de Saúde diferentes, por exemplo.

Ainda exemplificando, os professores e servidores da saúde que trabalham pela manhã na zona rural (colônia) e a tarde na zona urbana, e outros casos como na própria zona urbana, trabalharem na Vila Princesa num turno e no outro no lado oposto da cidade, como o bairro Fragata.

Pelo sistema do vale transporte em cartão magnético, muitos servidores ficam inclusive impedidos de fazerem suas refeições no horário de almoço, pelo tempo consumido em viagens de um local a outro para poderem cumprir seus horários.

Os servidores que residem no município de Capão do Leão não podem utilizar o cartão magnético para seu deslocamento, tendo de retirar estas despesas de seu próprio salário, o que seria resolvido com a forma aprovada por esta Câmara Municipal. Importante lembrar que quando havia o vale-transporte em papel a empresa responsável por tal transporte intermunicipal aceitava e ainda aceita este vale como pagamento, o que não ocorre com o cartão magnético.

Por fim, já houve julgamento final da ADIN onde o poder judiciário apontou que os efeitos de tal Lei Municipal teriam validade somente se a mesma tivesse sido de iniciativa e autoria do Executivo e não da Câmara.

GPMAC: PROJETO DE LEI É APROVADO

Com o plenário da Câmara de Vereadores lotado pelos trabalhadores das Unidades Básicas de Saúde (UBS's) na manhã do dia 7 de outubro de 2014, foi votado e aprovado o projeto de lei correspondente a Gratificação do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (GPMAQ-AB), e a Gratificação do Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade dos Centros de Especialidades Odontológicas (GPMAQ-CEO).

Conforme a presidente Tatiane Lopes Rodrigues, “a aprovação da gratificação é um projeto que amplia o reconhecimento dos trabalhadores da saúde na área da Estratégia de Saúde da Família (ESF), atingindo segmentos como os dos burocratas, oficiais administrativos, serventes, técnicos de enfermagem, agentes comunitários de saúde, médicos e dentre tantos outros”. Tatiane salienta ainda que “esse reconhecimento de todos os servidores que trabalham em UBS's com ESF foi conquistado por um longo debate e defesa realizada pelo Sindicato dos Municipários, onde felizmente obtivemos êxito ”.

Quanto ao pagamento das gratificações será de forma mensal, mediante avaliações positivas de desempenho, sendo repassado apenas aos servidores que compõem as equipes em atividade na Atenção Básica ou no Centro de Especialidades Odontológicas, ou seja, dentre aquelas que já aderiram ao PMAQ, pois quanto à adesão das UBS's que têm equipes e ainda não serão contempladas devem buscar junto à Secretaria Municipal de Saúde as informações acerca dos prazos abertos pelo Ministério da Saúde para tal habilitação ao Programa.

Embora a Lei 6.157/2014 tenha sido sancionada em 21 de outubro de 2014, já estando em vigor, o pagamento mensal que seria com base nas avaliações tanto do Ministério da Saúde quanto da comissão municipal não vem sendo feito, pois conforme informação da secretária municipal de saúde, Arita Bergmann, em reunião com o Simp no mês de dezembro do ano passado, já haviam indicações tanto dos gestores bem como do Conselho Municipal de Saúde para a formação da Comissão de Avaliação Municipal e, acreditava, que até o fim de janeiro deste ano esta já iniciasse sua atuação de avaliações, o que até o presente momento não aconteceu.

REUNIÃO COM TRABALHADORES DA ETERPEL

A direção do Sindicato, juntamente com os integrantes da comissão de representantes dos trabalhadores da ETERPEL, esteve reunida com o diretor-presidente da empresa, Ademir Oliveira, no dia 18 de novembro de 2014.

“A reunião foi bastante produtiva, sendo encaminhada a criação de uma comissão formada pelos trabalhadores, composta pela contadora da ETERPEL e representantes do setor de recursos humanos para construção de uma proposta de plano de carreira que iniciaria seus trabalhos já a partir de janeiro deste ano”, informa Tatiane.

Também foi informado pelo diretor-presidente a aquisição de três aparelhos de ar condicionado para o setor de passagens. Por fim, ficou definido que serão dados os encaminhamentos necessários para a constituição da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA).

EM ASSEMBLEIA, MAGISTÉRIO DECIDE DEBATER PLANO DE CARREIRA SOMENTE APÓS O PAGAMENTO DO PISO

Reunidos em assembleia promovida pelo Sindicato dos Municipários de Pelotas, na manhã do dia 25 de novembro de 2014, no auditório externo do Colégio Municipal Pelotense, os professores da educação infantil, ensino fundamental e médio, além de auxiliares de educação infantil decidiram somente debater qualquer proposta de plano de carreira após a Prefeitura cumprir com o pagamento do piso salarial nacional do magistério.

“A lógica da assembleia anterior se manteve, ou seja, a de que primeiro o Governo Municipal tem de cumprir a Lei, pagando o piso do magistério como salário padrão, para depois abrir qualquer debate a respeito de plano de carreira que deve sempre passar pelos fóruns legítimos da categoria, que são nossas assembleias”, afirma a presidente Tatiane Lopes Rodrigues.

O tema retornou ao foco da categoria diante do anúncio do prefeito Eduardo Leite, durante a festa em comemoração ao Dia do Professor (15/10), de que seria elaborado um novo plano de carreira para o magistério,e que para tal elaboração contaria com dois representantes indicados por cada escola, onde a entidade viu a necessidade de convocar a categoria envolvida para debate acerca do tema, tendo por pauta o piso salarial e plano de carreira.

“A categoria deixou claro que não aceitará debate na forma apresentada pelo Governo e que seu fórum legítimo é a assembleia”, salienta Tatiane, acrescentando que a entidade comunicou formalmente ao prefeito a decisão da categoria.

“No Governo Eduardo Leite os professores que têm dois concursos já perderam o vale-alimentação da segunda matrícula, tivemos descontados os dias das nossas paralisações e da greve e por isso temos preocupação com os debates relacionados ao plano de carreira do magistério, já que o Executivo vem numa lógica de retirada de conquistas, o que se confirma com a declaração do então secretário de educação, Gilberto Garcias, na imprensa local no dia 26 de novembro de 2014, reconhecendo o não pagamento do piso conforme a Lei e que há intenção de incluir o incentivo a titulação de 59% no padrão”, critica a presidente da entidade.

AUXILIARES DE EDUCAÇÃO INFANTIL: SIMP CONQUISTA GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO À TITULAÇÃO

O Sindicato dos Municipários de Pelotas obteve êxito em ação judicial que determinou que a Prefeitura passasse a efetuar o pagamento da gratificação de incentivo à titulação aos auxiliares de educação infantil.

“Tratou-se de uma ação coletiva ajuizada pelo Simp, em 2007, na qual abrange todos os auxiliares de educação infantil, portadores de titulação acadêmica, e buscamos judicialmente o reconhecimento da qualificação superior que vários destes possuíam, baseados na Lei 3.198/89, plano de carreira do magistério, no que se refere aos incentivos, onde na qual conseguimos esta importante vitória”, informa a presidente do Sindicato dos Municipários de Pelotas, Tatiane Lopes Rodrigues.

Segundo Tatiane, “para os auxiliares que investiram na sua qualificação, o que consequentemente garante um melhor atendimento aos seus alunos, foi uma conquista que inclusive trouxe uma boa repercussão financeira para estes servidores”.

A Prefeitura começou a pagar a partir de outubro de 2014 o incentivo para alguns auxiliares que estavam na listagem inicial do processo e que apresentaram o certificado de conclusão de curso superior ou o diploma e tiveram deferido o requerimento pela Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SMED), mas vários outros receberam a negativa pelo fato de seus nomes não constarem na referida listagem de 2007.

O Simp orienta a todos que receberam o indeferimento por parte da SMED quanto ao pagamento do incentivo à titulação, sendo sócios ou que venham a associar-se à entidade, para que se encaminhe através de sua assessoria jurídica o ajuizamento de ação individual pleiteando tal pagamento, haja vista a decisão judicial reconhecer que todo auxiliar de educação infantil que possua titulação receba o incentivo conforme previsto na Lei 3.198/89 (plano de carreira do magistério), pois este profissional trabalha a mesma carga horária e possui qualificação.

ATESTADOS MÉDICOS: SIMP BUSCA SOLUÇÕES PARA OS SERVIDORES PREJUDICADOS PELA BIOMETRIA

Para buscar soluções aos constantes problemas de não aceitação dos atestados médicos quando entregue pelos servidores junto ao Serviço de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho (antiga Biometria), a direção do Sindicato dos Municipários esteve reunida, no mês de outubro de 2014, com o secretário de gestão administrativa e financeira (SGAF), José Cruz; a médica do trabalho Rossana Guidotti; a supervisora de saúde e segurança do trabalho, Veridiana Freitas Griespach; e as integrantes da secretaria, Tavane de Moraes e Fernanda Lucena Jeziorski.

Na reunião a direção do Simp levou ao conhecimento dos integrantes da Administração Municipal de diversos casos de servidores que apresentaram seus atestados médicos, preenchendo todos os requisitos do Decreto Municipal que regulamenta este procedimento, inclusive expedidos por médicos especialistas e que não foram aceitos ou tiveram reduzidos os dias de afastamento pela médica do trabalho Rossana Guidotti.

Também foi apontado pela direção do Sindicato que mesmo quando a médica não aceitava o atestado expedido por outro profissional médico, ocorria a retenção do documento na pasta do servidor, ficando este sem qualquer comprovante da entrega. Já nos casos em que havia o pedido de novos exames ou encaminhamento para outros profissionais por parte da médica, também em muitos outros não o fazia por escrito, ou seja, o servidor saía sem nenhuma comprovação de tal pedido.

Mesmo após a referida reunião, diante da persistência dos problemas, a direção do Simp, além dos delegados sindicais representantes dos setores e municipários compareceram na Câmara de Vereadores no dia 11 de dezembro de 2014 para buscar o apoio dos vereadores na busca de soluções.

O Simp entende que o setor responsável pela saúde e segurança do trabalho deve ser conduzido de uma forma que siga os procedimentos apontados pelo próprio Conselho Federal de Medicina, que em sua Resolução número 1488/1988, artigo segundo, determina que deva ocorrer, além do exame físico, avaliação do histórico clínico e ocupacional, o estudo do local e da organização do trabalho, o que não vem ocorrendo", afirma a presidente do Sindicato dos Municipários, Tatiane Lopes Rodrigues.

Como resultado da presença na Câmara de Vereadores, um dia após foi realizada reunião entre a direção do Simp, vereadores e representantes da SGAF, como o secretário José Cruz e a médica Rossana Guidotti. Na oportunidade, foram rebatidas todas as afirmações dos representantes da Administração Municipal, primeiramente o secretário Cruz, que citou de forma irônica o grande número de atestados de professores por depressão, questionando "onde se encontravam" estes profissionais.

Nos casos em que o servidor enfermo não pode deslocar-se até a antiga Biometria para levar seu atestado, o secretário Cruz afirmou que um veículo oficial da Prefeitura já fazia o serviço de comparecimento na residência deste servidor para a devida comprovação, fato também contestado pelo Simp por não se ter nenhum registro desta providência até hoje.

Ao final da fala do secretário Cruz o Simp questionou a ausência de respostas a dois ofícios encaminhados pela entidade e um pela Câmara Municipal, onde são requeridas cópias da Lei Municipal que aprovou a criação do cargo em contrato administrativo ocupado pela médica Rossana Guidotti, bem como do edital para abertura de inscrições para contratação, da relação dos inscritos, do edital de convocação e do contrato administrativo da referida profissional como médica do trabalho, sendo que esta consta do Portal da Transparência como médica plantonista, além da informação quanto ao seu período de vigência, o que também até o presente momento não ficou comprovado.

A direção do Sindicato dos Municipários também destacou que não há um estudo aprofundado pela Administração ou pela antiga Biometria, das reais condições de trabalho a que os servidores estão expostos, e que muitas vezes são as causadoras de enfermidades. Também ressaltou-se que não existem Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs) para evitar a ocorrência de acidentes e doenças do trabalho.

Por fim, o Simp exigiu que, quando solicitados exames complementares pela médica, especialmente aos servidores celetistas (regidos pela CLT), que não têm um fundo de assistência médica a exemplo dos estatutários, que o Município os providencie. Na oportunidade o secretário Cruz afirmou que este fundo poderia ser criado através de projeto de lei do Executivo que ele encaminhará, sendo que o Simp já havia solicitado na pauta da data-base de 2014 como um dos itens integrantes das reivindicações, mas o prefeito naquele momento disse que não seria possível, inclusive não tendo também nenhum tipo de encaminhamento.

Ao final da reunião foi criada uma frente parlamentar da Câmara para acompanhar todos os problemas que envolvem os atestados médicos dos servidores e a legalidade dos atos do serviço de Biometria.

O Sindicato já encaminhou denúncia ao Ministério Público do Trabalho e órgãos representativos da classe médica relatando os fatos ocorridos e solicitando urgentemente providências, além de também apresentar à Câmara de Vereadores e ao Conselho Municipal de Saúde.

"FESTA AO SOM DOS ANOS 80" (com posse da Direção Eleita)

Jantar com numerosa participação dos sócios e dependentes

Posse da Direção Executiva, Conselhos Fiscal e Deliberativo

Embalo ao som dos anos 80 contagiou o público